

***ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IAPS  
–Análise da carteira de investimentos do 2º e 3º trimestres de  
2025 e aprovação da Política Anual de Investimentos para o  
exercício de 2026 – PAI/2026.***

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2025, as 10 horas, reuniram-se na sala de reuniões na sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município de Sumidouro-IAPS, os membros do Conselho Administrativo, Julio Cesar Francisco, João Pedro Schwenck, Welinton Rocha de Freitas, Dilermando de Souza Mattos e o Presidente do Conselho Sr. Ítalo Fontes dos Santos. Dando início aos trabalhos o atual presidente, no uso das suas atribuições sugeriu que a reunião fosse conduzida pelo membro do Conselho Julio Cesar, aceito por todos os presentes. A seguir e em conjunto e, cumprindo o previsto no item V do Artigo 1º da Portaria MPS 519/2011, em consonância com a Resolução CMN 4.963/2021 e, ainda, atendendo ao previsto na Portaria MPS 403/2008, 519/2011, e suas alterações, o previsto nas Portarias MPS 185/15 e 200/15, Lei Federal 9718/98 e demais legislações em vigor deliberaram, inicialmente, sobre a rentabilidade e riscos dos investimentos do IAPS do segundo trimestre de 2025 e terceiro trimestre de 2025, compreendendo os meses de abril a setembro de 2025. Iniciando os trabalhos, o conselheiro Julio Cesar fez a leitura da parte textual do relatório elaborado pela empresa de consultoria de investimento aos conselheiros presentes. Em seguida foram apresentados os relatórios de performance gráficos dos investimentos elaborados pela mesma empresa de consultoria referente ao período de abril/junho de 2025 e a seguir julho/setembro de 2025, verificou-se que as realocações sugeridas pela empresa de consultoria e realizadas pelo comitê de investimentos no fim do ano de 2024 e durante o período de 2025, visando a melhoria da performance da rentabilidade da carteira de investimentos, obteve êxito dentro do exercício, vindo a surtir efeito a partir do primeiro trimestre de 2025 como apresenta os resultados do relatório apresentado na última reunião, pela empresa de consultoria com a performance nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025 carteira, que no período, alcançou a meta de rentabilidade estabelecida na PAI 2025, seguidos pelos dois trimestres posteriores. Sendo assim, considerando que as realocações realizadas no fim de 2024 e durante o exercício de 2025 surtiram os efeitos esperados, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, a forma utilizada pelo gestor, com o apoio do Comitê de Investimentos, quanto a estratégia utilizada na alocação e realocação dos recursos da carteira, em busca de atingir a meta estabelecida pela PAI 2025. Consciente dos problemas e dificuldades a nível nacional vinculados a taxa de juros praticada em nosso país, e geopolítico que

criaram um cenário muito difícil de alta volatilidade, concordaram que o momento é de desafios, principalmente considerando o cenário internacional de guerras e conflitos e, ainda, o aumento das taxas de importações de produtos praticados pelos EUA, que atingem o mercado mundial de forma drástica. Os dados analisados evidenciam uma melhora da performance da carteira no exercício de 2025 tendo sido atingido a rentabilidade estabelecida como meta para 2025, sendo assim, a carteira foi aprovada por todos por unanimidade, sem ressalvas e com a determinação de análise de realocações sugeridas pela empresa de consultoria. Os resultados evidenciam a qualidade e consistência dos investimentos. Os fundos de investimentos constantes da carteira estão em sua totalidade aplicados em ativos financeiros indexados em conformidade com os objetivos de rentabilidade e liquidez estabelecidos. Constataram, ainda, que conforme exposto no relatório de análise elaborado pela empresa de consultoria os fundos de investimentos constantes da carteira seguem as características de estratégias e fatores de riscos definidas pela ANBIMA o que acaba por facilitar a comparação de performance entre os diferentes fundos, facilitando o processo de decisão do comitê de investimentos. Todos os gestores e administradores dos fundos nos quais possuímos investimentos possuem situação regular junto aos órgãos de controle e fiscalização do Mercado de Capitais, assim como apresentam histórico de regularidade no ambiente de gestão e administração de investimentos. Em análise ao retorno aferido pela carteira no período os Conselheiros presentes concordaram que a rentabilidade no período sofreu impacto direto da conjuntura econômica incerta a nível nacional e mundial, principalmente no EUA, acarretado pelos conflitos na Europa e Ásia e aumento das taxas de importação de produtos aplicadas pelo governo americano, pressionando os mercados, distorcendo preços, fazendo com que os riscos da carteira permanecessem voláteis, acrescenta-se a esse o problema as estratégias do governo em conter a inflação através do aumento da taxa de juros e, a crescente valorização do dólar. Finalmente, a análise dos dados apresentados demonstrou que os fundos se encontram regulados e em conformidade com a legislação normativa dos RPPS e, sua distribuição acompanha o estabelecido pela PAI 2025, sendo favorável no que diz respeito a objetivos de rentabilidade e liquidez. Sendo assim e, diante do exposto, os Conselheiros aprovaram, e votaram pela manutenção da carteira de investimento do IAPS, por unanimidade sem ressalvas e com determinação para a realocação sugerida pela empresa de consultoria sempre que possível. Ficou decidido e ratificado a decisão aprovada em reuniões anteriores de somente investir os recursos do IAPS em produtos de investimentos, devidamente enquadrados na legislação específica em vigor, administrados e/ou sob gestão das instituições Caixa Econômica Federal, Banco Itaú –Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A e Banco do Brasil S/A. A seguir foi apresentado pelo mediador da reunião aos membros presentes a Minuta da Política de Investimentos, elaborada pela empresa de consultoria em investimento em conjunto com membros do Comitê de Investimentos, a ser observada e utilizada durante o

exercício de 2026 e, após exame do relatório que compõe a referida PAI, elaborada segundo as normas em vigor e demonstrativos auxiliares, aprovaram a Política proposta, estando a mesma adequadamente representada e regular, observado a gestão de recursos públicos sobre o princípio da legalidade, legitimidade e economicidade. Todos os relatórios utilizados nesta reunião estarão disponibilizados para consulta no site deste Instituto juntamente com esta Ata. Finalmente, o Presidente, não havendo mais nada a se deliberar, agradeceu a presença e a cooperação de todos os membros e deu como encerrada a reunião e, por estarem todos de acordo com os termos desta ata firmam a seguir: